



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JOÃO INÁCIO GOMES JUNIOR

**ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A EXTRAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E OS
PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NO NORTE DA GUINÉ-BISSAU:
O CASO DA EXPLORAÇÃO DE AREIA PESADA EM VARELA -
REGIÃO DE CACHEU (2015-2025)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

JOÃO INÁCIO GOMES JUNIOR

**ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A EXTRAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E OS
PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NO NORTE DA GUINÉ-BISSAU:
O CASO DA EXPLORAÇÃO DE AREIA PESADA EM VARELA -
REGIÃO DE CACHEU (2015-2025)**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de projeto de pesquisa, apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para aquisição do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Amaral Andrade

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

JOÃO INÁCIO GOMES JUNIOR

**ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A EXTRAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E OS
PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NO NORTE DA GUINÉ-BISSAU:
O CASO DA EXPLORAÇÃO DE AREIA PESADA EM VARELA -
REGIÃO DE CACHEU (2015-2025)**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de projeto de pesquisa, apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para aquisição do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 03/07/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bruno Amaral Andrade (Orientador)

Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Agnes Francine de Carvalho Mariano (Examinadora)

Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Michelle Cirne Ilges (Examinadora)

Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DE PESQUISA	8
3	HIPÓTESES	9
4	OBJETIVOS	10
4.1	GERAL	10
4.2	ESPECÍFICOS	10
5	JUSTIFICATIVA	10
6	REFERENCIAL TEÓRICO	11
6.1	TEORIA DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL	11
6.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	13
6.3	ETAPAS DE EXTRAÇÃO DA AREIA PESADA EM VARELA	15
7	METODOLOGIA	15
8	CRONOGRAMA	17
	REFERÊNCIAS	18

1 INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau localiza-se na costa ocidental da África, com uma superfície total de 36.125 km². Ao Norte, faz fronteira com o Senegal; a Leste e ao sul, com a Guiné Conacri; e a oeste, com o Oceano Atlântico. O país é composto por uma parte continental e uma parte insular, incluindo o Arquipélago dos Bijagós, formado por mais de 80 ilhas e ilhotas.

A atual Guiné-Bissau era Guiné-Portuguesa colônia de Portugal, mas em 24 de setembro de 1973 foi proclamada independência por Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A independência só vem ser reconhecido pelo Portugal dia 10 de setembro de 1974. Após a independência em 1974, já com formação de Estado Nação, o Estado guineense afirma ser responsável por todo superfície do território do país (território nacional ao domínio do Estado), de acordo com Lei 4/75 instalada na constituição da república (Boletim Oficial nº17, 1998).

Com base na divisão territorial, o país está dividido em três (3) províncias, Norte, Leste e Sul, divididas em oito (8) regiões sem contar com capital Bissau (SAB): Bafatá, Biombo, Bolama (*Ilhas/Tchon di Budjugu*), Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali, subdivididos em setores e secções (Guiné-Bissau, 1996; INE, 2013; 2017). O sector autónomo Bissau (Capital), é a cidade com a maior população, também é onde se centraliza principais órgãos do governo, é o centro político e administrativo, contando com organizações não governamentais (ONGs), a cidade Bissau é o centro de controle de economia do país.

Figura 1 - Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: <https://pt.dreamstime.com/mapa-politico-de-guine-bissau>

De acordo com inquérito harmonizado sobre condições de vida das famílias 2021/22, realizado em 8 Estados-membros da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), apresentam dados sobre evolução da pobreza de 2018 a 2021 na Guiné-Bissau:

[...] Consistente com as conclusões utilizando a linha de pobreza nacional, entre 2018 e 2021, a Guiné-Bissau registou um aumento de 4,3 pontos percentuais na pobreza com base na Linha Internacional de Pobreza de 2,15 dólares por pessoa por dia - de 21,7% para 26%. O aumento da pobreza é mais pronunciado nas zonas rurais do que nas zonas urbanas - onde a incidência, a diferença e a gravidade da pobreza são maiores” (Banco Mundial, 2024, p. 4-10).

A organização administrativa do território guineense apresenta uma diversidade sociocultural muito rica, formada por diferentes grupos étnicos em diferentes regiões do país. Entre os grupos étnicos, alguns apresentam predominância a relação a outros; os majoritários são: Fula 24%, Balanta 23%, Mandinga 14%, Mandjaku 12% e Pepel 9%, que, somados constituem 82% da população Guineense. Não há consenso sobre número exato das etnias, aproximadamente mais de vinte (20) grupos na Guiné-Bissau (MEN, 2015).

A Guiné-Bissau como sendo um estado laico não adota religião oficial, o país possui crenças e manifestações religiosas distintas: a espiritualidade africana, o cristianismo e o islamismo. Os Muçulmanos (praticantes do islamismo) constituem 50% concentrados entre Mandingas, Fulas, Nalú, Saraculé e Balanta Mané. A espiritualidade africana, em segundo lugar com 40% da população, manifestada por etnias como Balanta, Bijagos, Manjaco, Felupe, Mansonca, Pepel e Mancanhi. Por último cristianismo com 10% da população, maioria concentra na área urbana (Araújo, 2012).

A região de Cacheu norte da Guiné-Bissau desde período colonial sofreu exploração de recursos naturais, região marcada historicamente pelo comercio de escravizados na África Ocidental entre os séculos XVI e XIX. O norte da Guiné-Bissau era um ponto estratégico de embarque de milhares de pessoas escravizadas, eram transportadas para as Américas, principalmente para o Brasil. O comércio de escravos em Cacheu estava ligado diretamente ao atual Cabo Verde, e funcionava como entreposto na facilitação de tráfico transatlântico. O comercio triangular da escravatura em Cacheu contribui para economia na Europa e nos américas (Catálogo- Memorial da Escravatura e do Tráfico Negroiro Cacheu [...], 2016).

Conforme dados recolhidos por Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2009, a população da região de Cacheu é de cento e oitenta e cinco mil e cinquenta e três (185.053 habitantes). Como sendo uma das maiores regiões da Guiné-Bissau com superfície de 5.174,9 km², que corresponde a 14,3% do território Guineense (Brito, 2006).

De acordo com mapa administrativa representada por INE (2009), região de Cacheu está dividido por seis (6) setores que se subdividem em secções, setores são: Bigene, Bula, Caió, Cacheu, Canchungo, e São Domingos. Conforme INE (2009), distribuição da população residente no sector de São Domingos é de (29.116 habitantes). Sector de São Domingos apresenta mesmo modelo de administração territorial como todo Sector da Guiné-Bissau.

Segundo Da Silva (2018) apud Mancabú (2022), em 1982, de acordo com publicação do Boletim Oficial sobre decreto-lei implementado pelo Estado guineense que ressalta sobre a relevância de exploração de recursos minerais, como sendo fonte de riquezas que vão contribuir na reconstrução do território guineense e na economia nacional:

Em 1982 foi publicada através do Boletim Oficial nº 40 de 2 de outubro, a criação da Comissão Nacional de Higiene do Meio Ambiente. No ano de 1986 foi emitido o Decreto-Lei nº 4/86 por meio do suplemento ao Boletim Oficial nº 13 de 29 de março de 1986, que declara como propriedade do Estado as pedreiras do território guineense. Nesse decreto, enfatizou-se a importância das substâncias minerais, exploradas através do regime de pedreiras, para a reconstrução nacional e fonte de riqueza significativa para a economia nacional tanto pelo valor obtido na extração, quanto pelo valor acrescentado pelas indústrias que elas alimentam (Boletim Oficial nº 13, 1986; Da Silva, 2018 apud Mancabú, 2022, p. 8).

Na Guiné-Bissau foram localizados três (3) depósitos importantes das areias pesadas, o primeiro depósito fica em Varela, segundo nas ilhas Bijagós, esses depósitos são banhados pelo Oceano Atlântico e terceiro depósito localizada em Saltinho fica no Sul do país, no setor de Quebo. Depósito de Varela com base nas análises mineralógicas e químicas, afirmam que no mesmo depósito encontram jazigo, minérios de ilmenita, zircão e rutilo, constituindo principais fontes primária dos elementos químicos Titânio (Ti) e Zircônio (Zr) (Jaló, 2018).

Em Varela também se encontram outras aldeias como Madina Varela, Basseor, Tenhate e Nhiquim. O Nhiquim identificada como parcela 12 pelo mineralógicos (Tiniguena, 2016). Observa-se que Varela encontra sob predominância de Felupe, entre outros grupos minoritários.

A sociedade Felupe é agrária, marcada pela agricultura familiar de subsistência. O arroz é o principal produto cultivado, estando na base da alimentação da comunidade. Outros alimentos como a mandioca e a batata-doce complementam a dieta dos Felupes, principalmente nos momentos de escassez de arroz, a pesca também faz parte do sistema de subsistência alimentar. Vale ressaltar que o arroz está relacionado com a organização social e religiosa da comunidade (Bolanha, 2007).

Após a independência as principais Organizações Não Governamentais (ONG's) marcam a luta pela preservação do meio ambiente na Guiné Bissau.

Em 1988, com a criação e intervenção de primeiro Gabinete para Estudos Ambientais e Planificação (GEAP), através de apoio técnico da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e financeiro da cooperação Suíça, se estabelece uma das primeiras cooperações internacionais que atua sem fins lucrativo para preservação do meio ambiente, análise e levantamento de dados nas zonas costeiras da Guiné-Bissau (MDRA-RN, 1997 *apud* Mancabú, 2022).

O caso de Tiniguena, uma organização não governamental da Guiné-Bissau criada desde 1991 ilustra esta questão. Tiniguena é uma referência nacional nas questões ambientais e tem contribuído para a conservação dos recursos naturais e culturais no exercício da cidadania (Tiniguena, 2025).

Em 2004, foi fundado o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) que também luta para preservação do meio ambiente. Há mais de vinte (20) anos o IBAP continua desempenhando papel importante junto às comunidades locais na preservação do patrimônio natural da Guiné-Bissau (Agência Nacional de Notícias da Guiné, 2024).

O IBAP tem contribuído no fortalecimento do Sistema Nacional das Áreas Protegidas, cobrindo 26% do território guineense, incluindo zonas terrestres e marinhas, garantindo bem-estar das gerações presente e futuras. Durante anos de atuação de IBAP na Guiné-Bissau tem recebido apoio da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o Fundo Global para Ambiente (GEF), e outras agências das Nações Unidas (Agência Nacional de Notícias da Guiné-Bissau, 2024).

Ao longo desse trabalho pretendemos identificar e compreender os impactos provocadas pela exploração de areia pesada em Varela zona costeira no norte da Guiné-Bissau e compreender relação entre comunidade afetado, empresas mineradoras e o estado.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Sim, más tem problemas socioambientais relacionados ao como tem sido feitas explorações das areias pesada em Varela.

É notório que há mais de 10 anos, o Estado guineense e empresas mineradoras não cumprem com a promessa de melhorar condição de vida da população local e minimizar as dificuldades criadas pela ação das empresas durante exploração.

Segundo Rádio França Internacional RFI (2025), os moradores da aldeia de Nhiquim reclamam que os resíduos tóxicos extraídos na mina contaminam o rio, os campos de cultivo do arroz e as fontes da água consumida pela comunidade.

De acordo com visita feita por agentes de DW na aldeia de Nhiquim, encontrou-se a aldeia praticamente isolada com falta de infraestruturas, as estradas em más condições, falta de escolas e hospitais com profissionais de saúde para cuidarem de primeiros socorros, os camponeses contam sobre dificuldades que enfrentam nos campos e possíveis danos agrícolas também ausência de instituições de Estado para facilitar na administração de aldeias e na resolução de problemas (DW, 2014, p.1).

Na fala de um dos entrevistados, Salifo Djata, entende-se que através de exploração de areias pesadas, a comunidade se depara com falta de água, que as pessoas da comunidade percorriam mais ou menos três quilômetros à procura, porque a água consumida pela aldeia ficou salgada. O presidente de Associação de Filhos e Amigos de Varela (AFAV), no nome de Wilson Cambidja, afirma que as receitas da exploração não voltam para melhorar condições de vida da população de Varela (DW, 2014).

O regulo de Varela Cella Djédjo critica o Estado guineense pela violação de lugar de culto (Baloba sagrada). O mesmo lugar sagrado também é afetado pela exploração de areias pesadas, que contraria os princípios culturais e religiosos da aldeia (DW, 2014).

O presente trabalho tem como problema de pesquisa:

Investigar quais são os principais impactos socioambientais da exploração da areia pesada de Varela zona litoral norte da Guiné Bissau pelas empresas (chinesa West African 2008 Union, russa TBS 2008, russa PÔTO SARL 2010, chinesa GMG Internacional (FZC) AS 2023)?

3 HIPÓTESES

A primeira hipótese da pesquisa é que a exploração de areia pesada em Varela – região de Cacheu Norte da Guiné-Bissau – tem afetado negativamente a população local trazendo problemas ambientais e conflitos sociais entre comunidades tradicionais, Estado e empresas mineradoras.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Identificar os impactos sociais e ambientais da exploração de areia pesada em Varela (Região de Cacheu, Guiné-Bissau) a partir do ano 2015-2025.

4.2 ESPECÍFICOS

- ✓ Investigar as partes envolvidas e suas relações de poder.
- ✓ Analisar os impactos sociais, econômicos e ambientais desses conflitos.
- ✓ Examinar a atuação do Estado e das políticas públicas frente aos conflitos ambientais.
- ✓ Compreender os papéis das comunidades tradicionais guineenses na preservação do meio ambiente.

5 JUSTIFICATIVA

O meu interesse por este tema de pesquisa surgiu a partir da notícia publicado pela Rádio França Internacional (RFI) no dia 20 de abril de 2025. Na notícia publicada, informam sobre o protesto da população de Varela contra a empresa chinesa GMG Mininig SARL, onde houve queima de máquinas de extração das areias pesadas por parte dos moradores. Nesse problema, 16 pessoas foram detidas por autoridades guineenses no protesto contra empresa chinesa GMG Mininig SARL que exploram areias pesadas em Varela, norte da Guiné-Bissau.

A população local alega que o Estado guineense junto com as empresas não cumpre com as promessas de melhorar as condições de vida da população local (construir escolas, estradas, promover saúde etc.). Enquanto a exploração de areias pesada de varela contribui bastante para degradação do meio ambiente, mudanças climáticas, escassez de água doce e o mais preocupante os campos agrícolas que sustentam população local estão contaminados por resíduos tóxicos da exploração.

A escolha deste tema decorre do interesse em compreender os impactos da exploração de areia pesada sobre o meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades de Varela zona costeira da Guiné-Bissau. Além disso, a pesquisa contribui para o aprofundamento dos meus

conhecimentos sobre questões ambientais, desenvolvimento sustentável e gestão dos recursos naturais, fortalecendo a minha formação profissional e cidadã.

No âmbito social essa pesquisa contribui para a conscientização sobre os problemas socioambientais e para a busca de soluções que promovam o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades.

Academicamente que essa pesquisa enriquece a produção científica sobre os impactos da exploração de recursos naturais na Guiné-Bissau e pode servir de referência para futuras pesquisas.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

6.1 TEORIA DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

A exploração dos recursos naturais intensificou pelo mundo, provocada principalmente pelas indústrias, aumento populacional e necessidade global por matérias primas; tudo isso tem causado problemas sociais, ambientais e econômicos. Os muitos anos de exploração de matérias primas impulsionaram os conflitos territoriais, a degradação da biodiversidade e do meio ambiente e a forma desigual nas distribuições desses recursos.

Segundo Brito *et al.* (2011), o uso e a exploração dos recursos naturais (conflitos socioambientais), aumentaram no século XXI, provocados por mudanças econômicas. Para os autores, esses conflitos foram impulsionados por lógicas diferentes de administração dos bens coletivos de uso comum. Muitas das vezes acontecem no mesmo território disputas e divergências entre os atores sociais, criando zonas de tensão que dão início aos conflitos.

Os conflitos socioambientais têm contribuído para efeitos sociais como: baixa produção e redução da produção dos produtos agrícolas, imigração da população, queda econômica e falta de instituições entre outros efeitos; esses efeitos sociais fazem parte dos conflitos socioambientais como também desequilíbrios ambientais provocados por atividades humanas (Zhour; Laschefski, 2010).

Os conflitos ambientais, de acordo com Acsehrad (2004), são disputas sociais sensíveis, onde grupos da sociedade com projetos ou objetivos de apropriação distintos, afrontam-se com propósito de uso e controle do território e dos recursos naturais. Na relação entre sociedade e ambiente, existem três tipos de práticas de apropriação técnica do mundo material que são: a transformação, a extração, a inserção e transporte dos materiais nos territórios.

Conforme Turner (2004), a disputa dos recursos naturais pode gerar conflitos violentos ou não violentos. Os conflitos socioambientais podem acontecer não pela falta de recursos, mas pelo uso (extração) desses recursos.

Podemos ver os conflitos ambientais como uma forma de compreender as disputas entre grupos pela apropriação da terra ou uso de recursos naturais. Os conflitos ambientais envolvem o Estado, empresas e população (comunidade) (Porto; Rocha; Finamore, 2014). Os mesmos autores afirmam que:

Os conflitos surgem justamente pela emergência de formas organizadas de resistência e afirmação de outros projetos de desenvolvimento e sociedade. Portanto, os conflitos são mediados por outras variáveis além do poder político, como renda e capital simbólico, e são atravessados por valores muitas vezes inegociáveis e incomensuráveis, incluindo a cultura e dimensões do viver e morrer que ampliam a noção de saúde enquanto componente das políticas da vida (Porto; Rocha; Finamore, 2014, p. 5).

Para Svampa, (2019), o neoextrativismo, como estilo de desenvolvimento e modelo socioterritorial, apresenta um modelo de desenvolvimento a partir da exploração em grande escala de bens naturais como hidrocarbonetos, metais e zinco, entre outros, que tornam escassos muitas das vezes esses materiais não renováveis. Alguns desses territórios explorados são considerados como que não produzem capital. Podemos considerar o neoextrativismo como um modelo sociopolítico e territorial como também regional ou nacional.

A ação extrativista pode ser entendida da mesma forma como os conflitos ambientais, e ressaltamos que as lutas dos nossos antepassados pela terra e contra a degradação do meio ambiente contribuem na formação dos movimentos indígenas, camponeses, em diferentes maneiras de mobilização e participação dos cidadãos, como forma de resistência social (Svampa, 2019).

Svampa (2019) também afirma que:

[...] a consolidação de um modelo de apropriação e de explorações dos bens comuns que avança sobre as populações a partir de uma lógica vertical (de cima para baixa), colocando em grande atoleiro os avanços no campo da democracia participativa e inaugurando um novo ciclo de criminalização e violação dos direitos humanos (Svampa, 2019, p. 43).

A diplomacia ambiental no sul global a partir de um olhar sobre África e América Latina também trazem questões que contribuem com o tema que esta pesquisa se propõe a investigar. Os autores estudados definem diplomacia ambiental como as negociações entre Estados-soberano a respeito do controle, uso dos recursos naturais e resolução de conflitos ambientais,

chamado de governança ambiental. Para os autores, o ambiente como um bem público nacional e internacional necessita de proteção (Nadir; Tybusch; De Araújo, 2020).

6.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com o Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PANA) da Guiné-Bissau, a partir de documento elaborado em 2006 por técnicos e coordenado pelo Ministério de Recursos Naturais e Ambiente, o espaço geográfico compreendido pelas zonas rurais e por povos tradicionais concentram várias relações socioeconômicas e produtivas – o caso de agricultura, pesca e pecuária, na época vistas como passíveis de sofrer sérios problemas provocados pelas mudanças climáticas (Santy; Da Silva Valencio, 2017).

As mudanças climáticas muitas das vezes são influenciadas por ações humanas através de extração dos recursos em grande quantidade para abastecer as indústrias. Na Guiné-Bissau, cortes de árvores abusivos provocados para exportação de madeiras para diferentes cantos do mundo causam alterações climáticas drásticas, como também é o caso da exploração de areias de Varela e outras formas de exploração abusiva dos recursos naturais.

Ao pensar sustentabilidade ecológica, social e econômica como forma de proteção do futuro das gerações e do planeta, os autores/as afirmam que a sociedade globalizada, através do seu modelo de crescimento acelerado e devastador, trouxe consequências perigosas para além da capacidade de oferta dos recursos naturais, no que diz respeito a preservação, recuperação e regeneração do meio ambiente (Denival; Luiz; Sonia, 2015).

Ainda afirmam que:

As produções das grandes empresas multinacionais para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento fizeram aumentar os danos ambientais globais: foram retirados os problemas dos grandes centros, transferindo parte dos efeitos poluentes e degradantes para as populações mais pobres da periferia. Diante do modelo econômico hegemônico, num cenário em que se busca crescimento econômico a qualquer custo, ampliaram-se os problemas ambientais devido ao aumento das agressões aos ecossistemas e à exploração descontrolada dos recursos naturais, em especial, nos países subdesenvolvidos (Denival; Luiz; Sonia, 2015, p. 5).

Os problemas socioambientais ultrapassam a questão de sustentabilidade do meio ambiente e passam a ser como um mecanismo para a sustentabilidade política, econômica e social através da apropriação e utilização do meio ambiente (Carvalho, 1995). É importante analisar esta afirmação do autor comparando com a realidade vivida na Guiné-Bissau, onde os

interesses pessoais dos governantes estão acima dos interesses do povo, o que contribui muitas vezes para a exploração descontrolada dos recursos naturais.

As práticas tradicionais dos grupos na Guiné-Bissau e seus estilos de vida produzidos há muito tempo a partir das suas relações com a natureza desempenham um papel muito importante para a sustentabilidade ambiental.

De acordo com Cardoso (2013), a partir do seu trabalho sobre Administração Política e Saber Bijagós: uma perspectiva analítica de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau”, os Bijagós são uma das etnias que contribuem para a sustentabilidade ambiental do arquipélago há milhares de anos, preservando a natureza de acordo com seus princípios socioculturais, socioeconômicos e socioambiental, respeitando a natureza como fonte de subsistência e ecológica para gerações vindouras.

A cultura, os saberes e as práticas tradicionais dos guineenses dependem da manutenção dos grupos étnicos; quando eles são retirados dos seus lugares, correm o risco das culturas desaparecerem através da perda de contato com a natureza e esses indivíduos enfrentam problemas da sociedade moderna (Mendes, 2017).

Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais PNPCT (2007), as comunidades tradicionais são reconhecidas pelos seus métodos de organização social a partir dos seus territórios específicos e pela forma como utilizam os recursos naturais ecológicos para promover sua cultura, religião, ancestralidade e economia de subsistência, e o faz através dos conhecimentos e práticas tradicionais transmitidos oralmente.

De acordo com Itaborahy (2015), e Coelho Neto (2013), citados por Diegues; Arruda, (2001) e Córdula (2014), definiram território como:

Itaborahy, (2015), território é designado como o ambiente geograficamente estabelecido (espaço), no qual a comunidade está inserida e se relaciona ao longo do tempo. Para Coelho Neto (2013), o território é um elemento de interposição de espaço, tempo e pelos sujeitos, construído historicamente e socialmente, os quais interagem de forma intraespecífica e exploram todos os seus recursos (Arruda, 2001; Córdula, 2014, p. 88).

É notória a conexão dos grupos tradicionais da Guiné-Bissau com seus territórios e comunidades. Muitas das vezes esses grupos perdem seus vínculos afetivos com suas localidades através da importunação do Estado e das empresas de exploração que trazem os impactos dos resíduos tóxicos. Nesses casos, os territórios podem perder sua identidade cultural e social.

6.3 ETAPAS DE EXTRAÇÃO DA AREIA PESADA EM VARELA

Deutsche Welle (DW), emissora internacional da Alemanha, informa que no ano de 2008, o Estado guineense autoriza pela primeira vez a empresa chinesa West African Union para iniciar o estudo de prospecção de todo território guineense, mas essa prospecção não foi feita na zona de Varela, que foi dado a empresa russa TBS na altura (DW,2014).

Com todas as dificuldades enfrentadas por habitantes locais causadas por extração de areias pesadas em Varela. Segundo DW (2014), em 2010, o governo deu licença de arrendamento a empresa russa PÔTO SARL para avançar com prospecção.

De acordo com DW, (2014) afirma a Direção Geral da Geologia e Minas da Guiné-Bissau que a Empresa Chinesa West African Union, não tinha estudos propícios para compreender possíveis impactos:

A Empresa Chinesa West African Union, mesmo sem proceder aos estudos de viabilidade, sobre o impacto socioeconómico e ambiental, começou a exploração tendo já exportado 10 contentores das areias pesadas para a China, o equivalente a 260 toneladas (DW, 2014, p. 1).

Em maio de 2023, a empresa chinesa GMG Internacional (FZC) AS, deu início a exploração de areias pesadas em Nhiquim, zona costeira de Varela. A empresa conta com licença para explorar areias pesadas do bloco 12 localizado em Nhiquim – de acordo com estudos feitos por mineralogistas, o bloco contém mais 80 mil toneladas de areias pesadas. Nessas areias podem ser encontrado o minério zircônio que é utilizado nas indústrias nucleares, química e eletrônica, como também na construção civil (O democratagb, 2025).

7 METODOLOGIA

Este trabalho baseia-se no método qualitativo de cunho bibliográfico (documentos, jornais e arquivos etc.), com vista apurar os fatos relacionados ao estudo, em que o pesquisador terá oportunidade de usar várias técnicas para obtenção dos dados.

A entrevista como técnica da pesquisa possibilita o pesquisador a obter informações sobre assunto pesquisado através do entrevistado. Portanto vamos entrevistar seis (6) moradores de aldeia de Nhiquim onde se realiza exploração da areia pesada, através de celular por via de

ligação ou chamada de vídeo no WhatsApp, entrevista vai ser na língua guineense, uma vez que é o canal que permite chegar o objetivo da nossa pesquisa.

A técnica entrevista será utilizada para facilitar no processo de recolha de informações da pesquisa, de acordo com Severino (2014):

Entrevista Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. (Severino, 2014, p. 108).

Para Severino (2014) Técnicas de pesquisa são procedimentos que facilita na prática de realização de pesquisas científica. Essas técnicas podem ser usadas em diferentes metodologias das pesquisas e formam epistemologias distintos.

De acordo com Severino (2014):

A *pesquisa bibliográfica* é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2014, p. 106).

A pesquisa bibliográfica, ou pesquisa de fontes secundárias, engloba toda a bibliografia publicada que se refere a tema de estudo, como publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografia as, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartógrafo e até meios de comunicação oral: programas de rádio, gravações, audiovisuais, lemes e programas de televisão. Essa forma de fazer pesquisa tem como proposito de facilitar o pesquisador no contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado ligado ao tema da pesquisa (Marconi; Lakatos, 2004).

8 CRONOGRAMA

Atividade	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Pesquisa Bibliográfica e documental						X	X					
Aplicação da entrevista							X	X	X			
Análise de dados obtidos									X	X	X	X
Redação do texto								X	X			
Correções e Alterações										X	X	X
Apresentação do trabalho e Defesa							X					

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (2004). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. **Conflitos ambientais no Brasil**, organizado por Henri Acselrad. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Heinrich Böll. p. 7-35
- AGÊNCIA Nacional de Notícias da Guiné: **Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)**, Guiné-Bissau. *in*., 2024. Disponível em: [IBAP/Ministro do Ambiente afirma que a instituição tem sido um pilar indispensável na preservação do património natural do país | Agência de Notícias da Guiné](#). Acesso em: 17. jul. 2025.
- ARAÚJO, Helmer. Guiné-Bissau. Brasília: Thesaurus; Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3sdXuJj>. Acesso em: 16 .12.2020
- BAYAN, Lúcia. Régulo e Comité: Acertos e divergências na Secção de Suzana. **Cadernos de Estudos Africanos**, 30 | 2015, posto online no dia 14 dezembro 2015, consultado em 02 maio de 2019. URL: <http://journals.openedition.org/cea/1869>; DOI: 10.4000/cea.1869.
- BRITO, Brígida Rocha (Coordenação). Estudo Socioeconómico e Diagnóstico para Acompanhamento das Condições de Bem-Estar das Famílias da Região de Cacheu. Projecto Integrado de Segurança Alimentar de Cacheu (PISAC) CE: FOOD/2003/057-028/109. 11/2006.
- BRITO, Daguiete Maria Chaves *et al.* Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 4, n. 4, 2011.
- CARDOSO, Augusto. Administração Política e Saber Bijagós: uma perspectiva analítica de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau. **Rev. Bras. Adm. Pol.**, v. 6, 2013.
- CARVALHO, I. Educação, meio ambiente e ação política. In: ACSELRAD, H. (Org.) Meio ambiente e democracia. Rio de Janeiro: Ibase. 1992. p.32-42. _____. (Org.) Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: Ibase. 1995.
- CÓRDULA, E.B.L. Percepção e Formação do Sujeito Ambiental: mudanças no paradigma atual. **Gaia Scientia**, João Pessoa-PB, UFPB, v. 8, n. 1, p.150-155, 2014.
- DA SILVA, Welena. Legislação fundamental de direito do ambiente e recursos naturais da Guiné-Bissau. Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa. 2018.
- DENIVAL, Francisco da Silva; LUIZ Gonzaga Silva Adolfo; SONIA Aparecida de Carvalho. **Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM www.ufsm.br/redevistadireito v. 10, n. 1 / 2015.
- DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V. (Org.). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA-USP, 2001.
- Disponível: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099034206242411020/pdf/IDU1629154a01d11114a411a22918550cc2ab451.pdf>

GEAAS, **Projeto de exploração de metais pesados (ilmenita, zircão, leucoxênio e rutilo), na zona de varela, sector de são domingos, região de cacheu – guiné-bissau**. Gabinete de Estudo de Avaliação Ambiental e Social – ECO PROGRESSO, maio de 2015.

INDJAI, Vladimir, **Plano de Comunicação e Educação Ambiental para a Guiné-Bissau**, faculdade de economia, universidade do Porto, julho 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/81012/2/36074.pdf>. Acesso em 20 jan. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (INE-GB). **BOLETIM ESTATÍSTICO DA GUINÉ-BISSAU ``GUINÉ-BISSAU EM NÚMEROS 2017``**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (INE-GB). **PROJECTIONS DEMOGRAPHIQUES EN GUINEE BISSAU (2009 - 2030)**. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (INE-GB). **Região de Cacheu. RGPH**. 2009.

INTUMBO, Levi M. **Autoridades tradicionais no processo de exploração dos recursos naturais na região de cacheu - guiné bissau: o caso da areia pesada de varela (2009 – 2022)** in: Porto Alegre – RS, 2024.

JALO, Iussufo. **Caracterização Mineralógica e Avaliação do Potencial Mineiro das Areias Pesadas do Depósito de Varela, Guiné-Bissau**, Dissertação (Mestrado em Engenharia Geológica) Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa FCT/UNL e a UNL, 2018.

LOURÊNÇO, Vitor Alexandre. **Moçambique: Memórias sociais de ontem, dilema do político de hoje**. 2ª edição. Lisboa, 2009.

LOURÊNÇO, Vitor Alexandre. **O Campo Político em África: As relações de (inter)dependência entre Estado e Autoridades Tradicionais**. CEA-ISCTE. Lisboa, 2006. Sem

MANCABÚ, Allison Badila. **Conflitos socioambientais na guiné-bissau: o caso da exploração da areia pesada em varela (2008-2017)**. In: Redenção /Acarape-2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MEMORIAL da Escravidão e do Tráfico Negreiro Cacheu, Guiné-Bissau. in: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [s.l.: wikimedia foundation], 2016. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Memorial_da_Escravidão_e_do_Tr%C3%A1fico_Negreiro . Acesso em: 7. jul. 2025.

MENDES, Irina. **Reflexão antropológica sobre o conhecimento bijagós nas práticas de gestão de recursos naturais** GT22 – Educação para a sustentabilidade nas dimensões ambientais, culturais e tecnológicas. 2017.

MENDY, Peter Karibe. **A emergencia do pluralismo político na guiné-bissau** in: KOUDAWO, Fafali & MENDY, Peter Karibe (Coordenadores). **Pluralismo Político na Guiné Bissau: uma transição em curso** (1996).

MENESES, Maria Paula. **Poderes, direitos e cidadania:** O ‘retorno’ das autoridades tradicionais em Moçambique, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 87 | 2009, colocado online no dia 15 outubro 2012, criado a 19 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1428>; DOI: 10.4000/ rccs.1428.

NADIR, Mohammed; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira; DE ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso. A diplomacia ambiental no sul global: um olhar sobre África e América Latina. **Revista Justiça do Direito**, v. 34, n. 1, p. 314-363, 2020.

NOBREGA, Álvaro. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisbonne, Universidade técnica de Lisboa, Instituto superior de ciências sociais e políticas, 2003, 334 p.

O DEMOCRATA Guiné-Bissau. Disponível em: [https://www.odemocratagb.com/?p=51278-Exploração da areia pesada: governo exorta à empresa chinesa a reabilitar as escolas e melhorar o troço de varela a são domingos – O Democrata GB](https://www.odemocratagb.com/?p=51278-Exploração+da+areia+pesada:+governo+exorta+à+empresa+chinesa+a+reabilitar+as+escolas+e+melhorar+o+troço+de+varela+a+são+domingos+-+O+Democrata+GB) Acesso em: 29.set.2025

PNPCT (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais), 2007.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; ROCHA, Diogo Ferreira da; FINAMORE, Renan. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4071-4080, 2014.

RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL (RFI): **Guiné-Bissau: 16 detidos em protesto contra empresa de exploração de areias pesadas**. Guiné-Bissau.in:,2025.disponível em: [https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica-lusofina -Guiné-Bissau: 16 detidos em protesto contra empresa de exploração de areias pesadas](https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica-lusofina-Guiné-Bissau:16+detidos+em+protesto+contra+empresa+de+exploração+de+areias+pesadas).Acesso em 29.set.2025.

SANTY, Boaventura Rodrigues Vaz Horta; DA SILVA VALENCIO, Norma Felicidade Lopes. Políticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau: Os antecedentes históricos para entender os desafios sociais cumulativos. **Afro-Ásia**, n. 55, p. 35-69, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia Do Trabalho Científico*. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

SIQUEIRA, Maria de Lurdes; CARDOSO, Augusto. **Saberes e práticas tradicionais da etnia bijagós e suas relações com a organização e conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau**, UFBA 2010.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do Neoxativismo na América Latina:** Conflitos socioambientais giro ecoterritorial novas dependências. Editora: Elefante (São Paulo, Brasil), 2019.

TINIGUENA, Guiné-Bissau. in: wikipédia, 2025. Disponível em: [Tiniguena - Esta terra é nossa](#). Acesso em: 17.jul.2025.

TINIGUENA. **Projeto “Gestão Transparente de Recursos Sustentáveis”** - Reforço de Capacidades da Sociedade Civil para a Monitorização da exploração dos Recursos Naturais na Guiné- Bissau, 2016.

TURNER, Matthew D. **Political ecology and the moral dimensions of “resource conflicts”**: the case of farmer–herder conflicts in the Sahel. *Political Geography*, 23, p. 863–889, 2004.

UNICEF. **Key demographic indicators**. <https://data.unicef.org/> (2019).

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.